

Reforma Administrativa acena ao mercado e penaliza população, diz Condsef

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma Administrativa enviada pelo governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) ao Congresso Nacional, nesta quinta-feira (3), tem inverdades, maquia números e cria fake news para a sociedade, acena ao mercado e penaliza toda a população.

Essa foi a avaliação do Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, após assistir pela internet, por quase três horas, a apresentação da PEC feita numa entrevista coletiva no Congresso.

Segundo ele, a proposta quer dividir a categoria com mentiras, dizendo que só os novos serão atingidos, mas na verdade no final quem vai pagar a conta é

o trabalhador e a população e quem vai ganhar são os bancos e as mercado financeiro, assim como foi a reforma da Previdência. Um verdadeiro balcão de negócios, ressalta. “Enquanto os de cima fazem churrascos e tomam vinho, a população deixa de ter acesso aos serviços públicos básicos”.

Não vão modernizar, vão suca-tear

A proposta de reforma Administrativa, que em tese pretende racionalizar o serviço público e reduzir gastos com pessoal, proíbe progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de serviço, abre caminho para o fim da estabilidade e aparentemente impõe mais rigi-

dez nas avaliações de desempenho, além de propor a redução do número de carreiras.

Tudo isso, dizem os técnicos do governo, só atingirá os futuros servidores dos três Poderes na União, estados e municípios. Apesar de falar em três Poderes, a reforma não atinge juízes, procuradores, promotores, deputados e senadores, os mais altos salários do país.

Além disso, no caso de carreiras típicas de estado, como diplomatas, militares e auditores fiscais, a regra será semelhante a atual, ou seja, garante mais segurança no cargo. A lista de todas as carreiras típicas de estado, no entanto, dependerá de regulamentação futura.

Continua no verso...

Secretário-geral da Condsef participa de debate sobre reforma Administrativa

O secretário-geral da Condsef, Sérgio Ronaldo, participa hoje, 09, às 15 horas, de um debate promovido pelo Correio Braziliense, que terá como tema a PEC 32/20 da reforma Administrativa, enviada na semana passada ao Congresso Nacional.

O Correio Talks é um seminário virtual que vai trazer o tema na reforma e seus impactos para o setor público. Foram convidados os deputados Professor Israel Batista (PV-DF), Tiago Mi-traud (Novo-MG), o secretário-geral da Condsef/Fendasef, Sérgio Ronaldo da Silva, e o presidente do Fonacate e do Unacon Sindical, Rudinei Marques.

Para acompanhar é preciso realizar a inscrição gratuita no endereço: www.correiobraziliense.com.br/correiotalks/reformaadministrativa.html

“Sindsep Entrevista”

O programa semanal “Sindsep Entrevista”, traz a secretária de Organização Sindical da CUT Nacional, Graça Costa, com o tema “As mudanças no mundo do trabalho e a Organização Sindical”.

O SINDSEP ENTREVISTA vai ao ar todas as sextas feiras às 10 da manhã e transmitido ao vivo pela página do Sindsep/MA no [facebook.com/Sindsep.MA](https://www.facebook.com/Sindsep.MA).

SINDSEP Entrevista



RICARDO MILAN
Jornalista - SINDSEP/MA



GRAÇA COSTA
Secretária de Organização
Sindical da CUT Nacional

Estabilidade e qualidade dos serviços públicos

Para o restante dos servidores concursados, haverá um contrato de trabalho por tempo indeterminado, com estabilidade mais flexível. Se a PEC for aprovada, o governo poderá fazer desligamentos por conta de restrições fiscais, por exemplo, e também remanejar para outras áreas quando considerar que há mais necessidade.

A PEC prevê ainda que haverá servidores sem estabilidade, ou seja, o governo poderá contratar por prazo determinado.

O fim da estabilidade coloca em risco a atuação dos servidores, que ficariam mais vulneráveis a pressões políticas, em especial o pessoal que atua em fiscalização, e a qualidade dos serviços prestados a população, afirmam sindicalistas.

A equipe econômica do governo, no entanto, fala até em alterar as possibilidades de demissão no serviço público e sugere desligar o servidor antes da sentença judicial, após uma primeira decisão colegiada. Além disso querem regulamentar outras possibilidades de demissão, como o desligamento por insuficiência, inclusive para os servidores que estão hoje na ativa.

Reação dos trabalhadores

Sérgio disse que a reação dos trabalhadores e trabalhadoras dos serviços públicos, sindicatos, movimentos sociais e parlamentares contra os ataques aos direitos já começou com o lançamento da Jornada de Defesa dos Serviços Públicos com uma série de ações para dialogar com a população e desmistificar todo este discurso do governo.

O dirigente disse que é preciso fazer uma ofensiva organizada porque a unidade neste

momento é mais importante do que nunca, porque a “armadilha está bem preparada”.

Confira o que muda se a reforma Administrativa for aprovada

Entrada no serviço público

Como é hoje:

- Todos servidores têm direito a estabilidade no cargo
- Para isso, passam por um estágio probatório de três anos
- Apenas 0,4% dos servidores são desligados durante esse estágio
- Em média, servidor permanece 28 anos no serviço, tem 20 anos de aposentadoria, mais de 11 anos de pensão
- Há a possibilidade de contratações temporárias, mas são restritas

Como pode ficar:

Proposta cria diferentes tipos de vínculo

- Estabilidade ficará restrita a um deles: cargo típico de Estado
- As carreiras com direito ainda serão definidas. Precisa de concurso e não podem ter redução de remuneração nem de jornada
- É criada a possibilidade de cargo por tempo indeterminado, sem estabilidade e dependente de concurso
- Ideia é deixar funções estratégicas com estabilidade e atividades operacionais sem esse direito
- Governo quer avaliar o servidor antes de assumir o cargo público efetivo
- Aprovado em concurso passará por dois anos de experiência, sem garantia de contratação. Terá ainda um ano de estágio probatório antes de ser efetivamente nomeado.
- Proposta impede demissões por questões partidárias

- Sem concurso, há a previsão de duas possibilidades: cargo com prazo determinado e cargo de liderança e assessoramento (nos moldes do atual DAS, conhecidos como cargos de confiança)
- Vantagens e benefícios

Como é hoje:

- Não há regras uniformes
- Direito a licença-prêmio: período de 3 meses de afastamento a cada 5 anos de serviço
- Férias superiores a 30 dias no ano; progressão baseada apenas no tempo de serviço, sem avaliação criteriosa; aumentos retroativos, etc.

Como pode ficar:

- Constituição passa a vedar esses benefícios, considerados distorcivos pelo governo Poder do presidente

Como é hoje:

- Mudanças na estrutura administrativa precisam ser aprovadas no Congresso

Como pode ficar:

- Presidente poderá ter mais poder em casos que não há aumento de gasto
- Pode reorganizar autarquias e fundações, reorganizar atribuições de cargos do Poder Executivo e extinguir órgãos

Atuais servidores

Servidores públicos em atividade no momento da aprovação das medidas não serão impactados. Eles manterão a estabilidade, os níveis salariais e os benefícios adquiridos antes da nova regra. Apenas a demissão por insuficiência, que ainda deve ser regulamentada pelo governo, atingiria esses profissionais.

Fonte: CUT